



**ANA PAULA DA SILVA NORBERTO**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-  
PARANÁ – RO.**

**ANA PAULA DA SILVA NORBERTO**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO.**

Artigo Científico apresentado no Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná 2022, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profª Msª. Marlene Muniz Oliveira Pileghy

**Ji-Paraná- RO  
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP**

N824e Norberto, Ana Paula da Silva.

Educação financeira nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola pública do município de Ji-Paraná – RO. / Ana Paula da Silva Norberto. – Ji-Paraná, 2022.  
24 p. ; il.

Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2022.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup>. Marlene Muniz Oliveira Pilenghy.

1. Educação Financeira. 2. Cartilha. 3. Interdisciplinaridade. I. Pilenghy, Marlene Muniz Oliveira. II. Título.

CDU 657:37(811.1)

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ATA Nº 011/2022/2 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS**

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2022, às 20:10 horas, reuniram-se em Banca, sob presidência da primeira, a Professora Marlene Muniz Oliveira Pilenghy, Orientadora, e os Professores: Marcia Cristina Teixeira e Neivaldo Rodrigues dos Santos, avaliadores, para comporem Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JIPARANÁ – RO.**”, de autoria da aluna **ANA PAULA DA SILVA NORBERTO**. Após arguições e apreciação sobre o trabalho, foi atribuída nota 100, considerando-se () **APROVADO** - (  ) **REPROVADO**, com as seguintes NOTAS parciais:

- a. Avaliação escrita: Média 100  
b. Avaliação oral (defesa): Média 100  
c. Média final: 100

Ji-Paraná, 07 de dezembro 2022.

Ana Paula S. Norberto  
Ana Paula da Silva Norberto  
Orientanda

Marlene Muniz Oliveira Pilenghy  
Marlene Muniz Oliveira Pilenghy  
Orientadora

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO<sup>1</sup>

ANA PAULA DA SILVA NORBERTO <sup>2</sup>

**RESUMO:** Finanças engloba todas as operações que envolvem dinheiro e decisões financeiras, por isso, zelar pelas finanças têm sido uma preocupação coletiva. A educação financeira é importante para o processo de desenvolvimento humano, visando melhorar a qualidade de vida da sociedade. Dessa forma o objetivo principal se concentrou na elaboração de uma cartilha didática, voltada aos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental no município de Ji-Paraná/RO, pois com essa temática buscou-se a interação com os alunos para conhecer suas realidades no tocante a educação financeira e produzir um material que se pudesse trabalhar em sala de aula de forma transversal e interdisciplinar. A realização da pesquisa se deu através do método dedutivo, foi classificada em qualitativa e ~~cartilha~~ quanto ao problema e os objetivos foram classificados como pesquisa exploratória. Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental. A justificativa deste estudo surgiu a partir da oportunidade de inserir a temática Educação Financeira nas séries iniciais do Ensino Fundamental complementando com outras disciplinas que compõe o componente curricular escolar. O produto final deste estudo foi obtido através da construção da cartilha sobre Educação Financeira com informações sobre movimentações bancárias, cartão de crédito e débito, consumo consciente e também cuidados com o meio ambiente, informações essas que contribuirá com os discentes para construção do conhecimento sobre finanças ainda no ensino fundamental, e por outro lado, inserir a escola com esse conteúdo no processo de ensino/aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Financeira, Cartilha, Interdisciplinaridade.

## FINANCIAL EDUCATION IN THE EARLY GRADES OF ELEMENTARY EDUCATION IN A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF JI- PARANÁ –RO.

**ABSTRACT:** Finance encompasses all operations involving money and financial decisions, therefore, looking after finances has been a collective concern. Financial education is important for the human development process, aiming to improve society's quality of life. In this way, the main objective was concentrated on the elaboration of a didactic booklet, received by the students of the 4th year of Elementary School in the municipality of Ji-Paraná/RO, because with this theme, the interaction with the students allowed to know their realities about financial education and produce material that could be used in the classroom in a transversal and interdisciplinary way. The research was carried out through the deductive method, it was classified as qualitative and quantitative regarding the problem and the objectives were classified as exploratory research. The procedures used were bibliographical and documentary research. The justification for this study arose from the opportunity to insert the Financial Education theme in the initial grades of Elementary School, complementing it with other disciplines that make up the school curriculum component. The final product of this study was obtained through the construction of a booklet on Financial Education with information on bank transactions, credit and debit cards, conscious consumption and also care for the environment, information that will contribute to the students to build knowledge about finance still in elementary school, and on the other hand, insert the school with this content in the teaching/learning process.

**Keywords:** Financial Education, Booklet, Interdisciplinary.

<sup>1</sup> Artigo apresentado no curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitários São Lucas Ji-Paraná, como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação da Profª Ms. Marlene Muniz Oliveira Plenghy. E-mail: marlenepilenghy@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Ana Paula da Siva Norberto, graduando em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2022. E-mail: anapaulasnorbeto@gmail.com

## **1 INTRODUÇÃO**

Educação financeira é uma temática que está sendo debatida em todos os ambientes, desde o econômico, social, familiar, até mesmo no meio religioso, pois as finanças pessoais impactam diretamente na vida, na saúde física e mental das pessoas. Por conseguinte, cresce a relevância de transmitir conhecimentos precocemente ainda na infância que é fase que a criança tem seu maior desenvolvimento cognitivo.

Promover às crianças acesso ao conhecimento é um direito garantido por lei, e o Estado em comunhão com a família são responsáveis para que isso se torne realidade. Existe opiniões que sustentam que dinheiro não é, necessariamente, assunto para se tratar com criança, no entanto, nessa fase é quando a criança tem maior desempenho e absorção na aprendizagem.

A escola, por sua vez, se torna um ambiente agradável e propício para este fim, reforçando ainda mais a relação entre escola e família, contribuindo significativamente para um resultado positivo frente a um mundo altamente competitivo. Ter uma relação equilibrada com o dinheiro, resultará em avanços na economia e crescimento social, bem como, um grande aprendizado que irá acompanhar a criança por toda a sua vida.

Este estudo tem por objetivo geral, elaborar uma cartilha sobre Educação Financeira direcionada para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental e como objetivos específicos, descrever sobre a importância de educação financeira, elaborar um questionário para analisar o nível de conhecimento dos alunos e tabular os resultados extraídos do questionário aplicado para os discentes a fim de subsidiar com informações para o êxito deste estudo.

Diante do exposto questiona-se: Como a educação financeira pode despertar nos estudantes de séries iniciais o valor do dinheiro?

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A educação esteve presente desde a época pré-histórica, onde os conhecimentos passavam de pai para filho e a necessidade de transmitir

habilidades e técnicas de sobrevivência, era fundamental para a continuação da espécie.

A educação entre os povos primitivos foi fundamental para o início do desenvolvimento educacional da humanidade. Como exemplo básico dessa forma de educar, é possível citar as sociedades primitivas localizadas no centro da África, que se educavam de uma maneira peculiar e heterogênea por meio da Educação Difusa ou, como também era chamada, educação por imitação, processo em que os jovens e crianças repetiam os gestos praticados pelos adultos, desenvolvendo assim, habilidades e técnicas necessárias ao seu dia a dia. (LIMA E SILVA, APUD RIBEIRO, 2018 p. 16).

No Brasil, a educação era de incumbência da igreja por intermédio dos padres missionários. A educação jesuíta tinha como finalidade a conversão dos nativos da região para a fé cristã, para controlar a entrada da reforma protestante, e também se iniciava a educação no Brasil, através do *Ratio Studiorum*, um sistema que legalizava os colégios jesuítas pelo mundo todo (RIBEIRO, 2018).

A solidificação dos Estados nacionais, se deu através da monarquia portuguesa, com a chegada de Marquês do Pombal, a igreja foi retirada desse processo, ficando encarregada somente dos ensinamentos religiosos, pois só era permitido pessoas ligadas ao Estado para gerir o processo de ensino. Consequentemente, a educação foi afetada pelas modificações imperial (VEIGA, 2008).

Brito (2016 p. 10) afirma que:

A base de sustentação dos Estados – a educação – passou a ficar a cargo do poder vigente. Tal iniciativa teve aceitação pela maioria dos filósofos da época, embora com algumas divergências quanto ao modo de condução do ensino, que se tornaria, a partir de então, de acesso público.

Diante do crescimento tecnológico e científico de outros países, Portugal se sentiu obrigado a exercer o poder em busca do crescimento e desenvolvimento do seu território, enxergando então a necessidade de reformular a educação, buscando um modelo oposto a educação religiosa. Com a tentativa de modernizar o sistema de educacional no Brasil, a coroa portuguesa enfrentou inúmeros desafios, mesmo com a mudança na estrutura da educação, não se deteve a regressão no desenvolvimento.

Com a chegada da família real, e posteriormente a independência do Brasil em 1822, a educação começou a ser direcionada com um olhar capitalista, buscando a capacitação através de cursos superiores, com a finalidade de atender

a mão de obra, que era constante devido a instalação de comércios no Brasil (RIBEIRO, 2018).

O período do império português resultou na criação de uma legislação, assegurando a educação, um direito social, essa legislação ficava no encargo das províncias, que teriam de custear economicamente esse processo, mas isso resultava na elitização da educação, onde era favorecido pessoas ligadas a nobreza. Apesar da legislação de 1824 garantir uma educação gratuita a todos, somente após a constituição 1891, esse processo foi implantado a partir do século XIX, (RIBEIRO, 2018).

Com a queda do império real, houve a necessidade de implantar um governo provisório, que foi proclamado República Federativa, através de então, houve a busca pela implantação de um sistema escolar eficaz, surgindo a criação de escolas públicas para atender à crescente demanda do setor público de ensino, e posteriormente a reforma do ensino primário e secundário no Brasil, estabelecida através do decreto nº 891, de 8 de novembro de 1890 para o distrito Federal.

A criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) foi formalizada através do decreto 19.850 de 11 de abril de 1931, que ficaria a cargo do Ministro da Educação e Saúde Pública, as questões relacionadas ao ensino, mas somente com a constituição de 1934 recebeu atenção através do art. 152. A constituição de 1934 foi importante para o processo de crescimento da educação no Brasil.

Segundo Neto, (2015 p. 154):

Tendo em conta que a Constituição de 1824 e a de 1891 muito pouco, ou quase nada, acrescentaram à educação brasileira, a Constituição de 1934 representou um salto quantitativo e qualitativo para a organização escolar do país, pois, apesar de ainda não cogitar em seus artigos sobre os termos bases e diretrizes, pretendia, com a fixação de um plano nacional de educação, implantar um sistema nacional de educação.

Com o avanço da educação através da constituição de 1934, o Brasil ainda num processo de transformação, atravessou inúmeras etapas para chegar até os dias atuais. Longos processos até a aprovação da Constituição Federal de 1988, que entre os temas abordados trazia a expansão da educação básica. Desde então mostrou um novo direcionamento para educação, buscando atingir qualidade no ensino (RIBEIRO, 2018).

O cenário educacional no Brasil atualmente passa por um retrocesso, a crise provocada pelo Covid-19, afetou não só a economia, mas todo o sistema de ensino,

desde a educação infantil até a formação superior. A escola e toda sua estrutura organizacional foi surpreendida diante da gravidade e da durabilidade em que se estendeu o isolamento social.

A pandemia Covid-19 é, ao mesmo tempo, um desafio para a ciência a educação e uma interpelação não apenas de seus limites, mas das suas concepções até hoje dominantes. E a razão disso é que o pressuposto, o fundamental, esquecido ou ignorado, é de que o ser humano é parte da natureza e, ao mesmo tempo, dela se distingue por sua capacidade da prévia ideação, ou seja, de antever e planejar sua ação. (ARAÚJO et al, 2021, p. 21).

Com a volta as aulas, a escola também tem lidado com problemas originados pelo recesso escolar, os alunos passam por um processo de readaptação de um ambiente que antes era familiar. Problemas econômicos familiares também são fatores que podem interferir na aprendizagem. Mesmo com inúmeras incertezas sobre como vai decorrer o processo letivo, a educação no Brasil busca atingir o percentual de desenvolvimento e qualidade, mediante os inúmeros desafios.

Alinhar a educação com a qualidade de ensino pós pandemia requer medidas de cautela, uma vez que é o “fim do Covid-19”. É necessária uma estrutura norteadora para direcionar a educação. Para isso a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Diretrizes e Base da Educação define e regulamenta o sistema de ensino brasileiro e estabelece novos parâmetros na educação.

## 2.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, faz menção ao reconhecimento da infância, como uma fase que necessitava de proteção, garantindo o direito da criança em creches, pré-escolas, como também a saúde, alimentação, lazer, cultura entre outros reconhecimentos, lhe assegura o direito a educação, mas somente com a aprovação da LDB através da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que o direito a creches e pré-escolas efetivamente passou a beneficiar as crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), art. 21, define os níveis e as modalidades de educação e ensino. Em relação aos níveis escolares, a educação nacional é dividida em educação básica (formada por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. (OLIVEIRA, 2015 p. 89).

A LDB abrange todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e

Municípios) como responsáveis para o êxito no processo de educação, ainda que com diferentes atributos, são designados em garantir que todo cidadão brasileiro tenha direito a educação, compondo o quadro dos direitos sociais comum. Pode-se considerar também que “essa Lei estabelece as bases, propõe as estruturas e normatiza os procedimentos utilizados para que a educação funcione no território nacional”. (BES, 2018, p. 78).

De acordo com Neto, (2015, p 214),

A Nova LDB continua comprometida com a tradicional dicotomia ensino público versus ensino privado, na medida em que formula obrigações e deveres para o ensino público, deixando o ensino privado com total autonomia para ampliar sua abrangência e seus lucros.

A LDB no Brasil tem a função de regulamentar o sistema de o ensino seja ele público ou privado, garantindo o direito a educação do ensino básico ao ensino superior. Conforme Campos e Blikstein, (2019, p. 172),

A educação escolar no Brasil vive uma crise, constatada estatisticamente e também no pessimismo e na conformidade de tantos professores. Certamente há aqueles que sonham a mudança, a transformação, a humanização da escola, contudo sentem-se amarrados por regimentos burocráticos antiquados e não sabem como romper com o velho modelo e fazer surgir o novo qualificadamente. Temos, no Brasil, uma LDB que garante autonomia de trabalho às escolas.

Mesmo levantando opiniões diferentes a respeito de sua eficácia, a LDB se mostra visivelmente importante para o desenvolvimento da educação, uma vez que dentre outras conquistas, ao longo dos anos, a LDB foi um marco para a progressão da educação no Brasil. Objetivando tornar a educação um direito garantido por lei, partindo dos princípios legais através da LDB, foi criado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o propósito de estabelecer um direcionamento e organização a educação no Brasil.

### **2.2.1 Base Nacional Comum Curricular**

A Base Nacional Comum Curricular formaliza a necessidade de se estabelecer no Brasil uma educação inclusiva, que sobre tudo assegura um parâmetro mínimo de aprendizagem e desenvolvimento educacional. Através da BNCC os estudantes de todo o Brasil garantem o direito de educação plena, e desenvolvimento no decorrer da etapa de ensino.

A BNCC é uma base para a elaboração dos currículos escolares do sistema

de ensino no Brasil, seja Municipal, Estadual e também na esfera Federal constituindo a política Nacional de Educação Básica.

Para Affonso, (2021, p.74):

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que normatiza o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, assegurando, assim, o direito à educação plena e o desenvolvimento ao longo da educação básica nas suas respectivas etapas e modalidades.

BNCC estimulou diversas mudanças relacionadas a formação e aprendizado na educação, como o processo de educação continuada.

Já em sua primeira versão, a BNCC demonstrava a intenção de atuar, também, na formação inicial e continuada de professores, contemplando a elaboração de novos materiais didáticos e demais recursos, voltados tanto para o ensino quanto para a aprendizagem. (BES, 2019, p.109)

Através da BNCC a educação básica foi dividida em três fases, educação infantil e pré-escola, direcionada respectivamente a crianças de três e de quatro a seis anos, ensino fundamental com duração de oito anos, e na última fase tem-se o ensino médio com duração de três anos, e sendo esta a etapa final da educação básica, gratuita e obrigatória a todos nas escolas públicas.

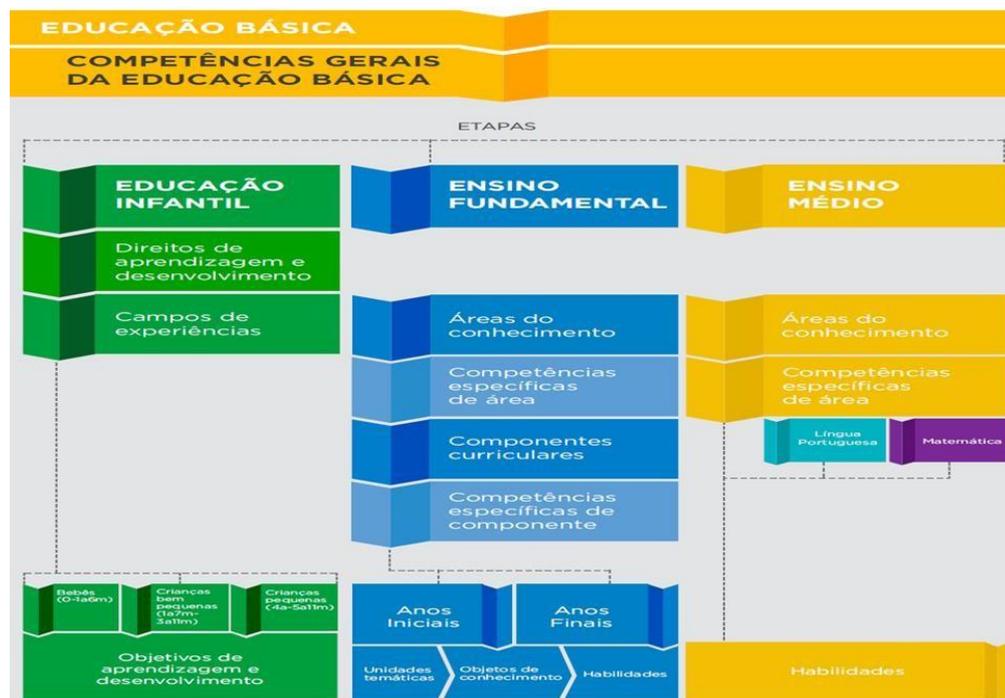


Figura 1 – Educação Básica

Fonte: Brasil, 2017.

A BNCC traz em sua proposta temas transversais ampliando o campo de necessidades, propiciando para a educação, introduzir temas contemporâneos transversais. Os temas transversais têm a proposta de desenvolvimento da

cidadania, que vão além das áreas de conhecimento, aplicada na grade curricular comum.

Biedrzycki et al., (2021 p.13) afirma que “Nesse contexto, considerando o processo integral de formação dos alunos, surgem os chamados temas transversais, que são incorporados à grade curricular, complementando e tornando mais forte a formação cidadão”.

Os temas transversais são divididos em seis tópicos, cidadania e civismo, ciência e tecnologia, economia, meio ambiente, multiculturalismo e saúde. Composto o tópico de economia, tem-se o tema educação financeira. Esses temas transversais são obrigatórios na BNCC e no planejamento pedagógico, porém, são inseridos de acordo com a necessidade da comunidade. Ainda na perspectiva de Biedrzycki et al., (2021, p. 11), “Os temas contemporâneos transversais (TCTs) apresentam uma proposta de ensino atual e contextualizada que prioriza o desenvolvimento da cidadania, com apresentação e discussão de temas que interessam aos estudantes”.

A BNCC garante que cada criança tem direito a aprendizagem e desenvolvimento, o que se torna fundamental no processo de educação a partir da primeira infância até chegar ao ensino médio, assegurando que a criança tenha total autonomia de evoluir no conhecimento, e também que ocorra o desenvolvimento emocional.

## 2.3 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento da criança até chegar à fase adulta, está relacionada com tudo o que está a sua volta, o meio ambiente, o meio familiar, convivência social, escolar, entre outros. O meio em que o indivíduo está inserido pode ser responsável pela formação do caráter, agregando bagagem para a vida futura.

Conforme Lima, (2018, p.27) “o desenvolvimento humano se destaca como determinante na trajetória de vida de cada um. Sendo assim, há necessidade de estarmos atentos aos fatores que de certa forma influenciam no desenvolvimento dos indivíduos”.

O processo de desenvolvimento infantil inclui: evolução motora, cognitiva e também psicossocial, para que isso aconteça a criança é exposta a diferentes experiências de convivência. A escola é fundamental para esse crescimento, pois

proporciona o contato direto da criança com seus iguais, com outras culturas, diferentes das vivida no âmbito familiar.

O processo de aquisição de conhecimento é gradual; contudo, o ambiente deve oportunizar situações sistemáticas e organizadas para que isso aconteça. Nesse contexto, os pais e professores são os principais facilitadores sobre a interação do sujeito com o meio. (CAMARGO; LEHNEN; CORTINAZ, 2019, p. 126).

A criança passa por fases diferentes de aprendizado que começa na primeira infância, que vai do nascimento aos três anos, segunda infância dos três aos seis, terceira infância dos seis aos onze anos, fase que é marcada pelo desenvolvimento físico mais lento, comparado com fases antecessoras, essa fase é evidente o desenvolvimento cognitivo, com o avanço do raciocínio lógico, permitindo a criança assimilar o ensino aplicado na escola, (SILVA,2018).

Para Moletta, (2018, p. 13),

A infância é um importante momento para o desenvolvimento da criança e desuas habilidades de expressão e comunicação. Entretanto, nem sempre foi assim: foi uma longa luta, em especial no final do século XIX e início do século XX. Esse movimento se mantém até hoje para chegar à compreensão da infância e da criança na sua condição como ser em desenvolvimento. A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância.

A terceira fase do desenvolvimento da criança é um período em que a criança está iniciando o ensino fundamental, e desenvolvendo habilidades para resolver problemas concretos, do cotidiano. Nessa fase a criança está pronta para conduzir o conhecimento de forma positiva, pois sua forma de compreender e assimilar as coisas são mais frequentes, permitindo a ela experiências com outras áreas de conhecimento, (LIMA,2018).

Ainda segundo Camargo, Lehnen e Cortinaz (2019, p. 125),

A etapa referente à terceira infância é chamada de operatório-concreto, ou seja, por meio de operações mentais, a criança resolve problemas essencialmente concretos (não abstratos). Para isso, Piaget considera que a cognição é uma interação entre o sujeito (criança) e o meio, e acredita que o início do conhecimento parte da ação da criança sobre um objeto.

A apresentação da educação financeira nessa etapa do desenvolvimento faz com que desperte na criança a criticidade e entendimento sobre tributos, juros, planejamento financeiro, investimentos, mercado financeiro e como tomar decisões mais assertivas, dentre outros assuntos relevantes, isso impacta positivamente seu relacionamento com o dinheiro. Através do conhecimento adquirido a crianças

poderão projetar esse aprendizado ao longo da vida.

## 2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é um tema amplo, pois relaciona a vida financeira das pessoas com cotidiano onde elas estão inseridas, o que faz com que este estudo se torne relevante para adquirir habilidade no trato com o dinheiro.

Schlesinger, (2020, p. 155) afirma que “o dinheiro é uma questão controversa, e, quando tratado de formas ruins, os efeitos podem ser vistos sutilmente nas gerações seguintes, para não falar em relações danosas e pandemônios emocionais”. Falar em educação financeira é falar de mudança de comportamento.

Normalmente, os erros que as pessoas cometem nessa área são decorrentes da falta conhecimento em finanças. Para Meirelles e Souza, (2015, p.13),

Envolvidas pelas normas sociais, familiares, desejo, necessidade, traços de personalidade, contexto socioeconômico e a real quantia de dinheiro que possuem, as pessoas constroem suas próprias realidades financeiras, usando o dinheiro de acordo com suas necessidades, desejos (de poder inclusive), expectativas e significados a ele atribuídos.

As finanças, geralmente impactam diretamente a relação familiar de forma positiva ou negativa. Podemos considerar que “Dessa forma faz-se necessária a educação financeira para que esta possa auxiliar a pessoa na tomada de decisões”, (PEREIRA, 2020, p.16).

A maneira como lidam com o dinheiro, reflete diretamente na qualidade de vida. Quanto mais precoce se aprende sobre educação financeira, maiores serão as chances de a criança aprender a administrar o seu dinheiro, tanto no presente como no futuro.

Ainda segundo Schlesinger, (2020, p.165),

À medida que seus filhos crescem, explique os fundamentos do dinheiro para eles. Segundo pesquisas, as crianças começam a criar hábitos financeiros aos sete anos, então é preciso começar cedo.2 Quando estiverem entre os três e os cinco anos, comece a identificar moedas e seus valores. Discuta como algo que é grátis, como brincar com um amigo, é diferente de um item que custa dinheiro, como um picolé. Também introduza o conceito de que às vezes é necessário esperar um pouco para conseguir algo que se quer.

Para muitas pessoas finanças é uma área restrita, que não pode ser confiada a ninguém, mostrar como administra seu próprio dinheiro é algo que

deve ser guardado a sete chaves, e esse hábito inclui os familiares e também os filhos. Isso é um erro, se levar em consideração que os filhos tendem a replicar o comportamento dos pais em vários aspectos da vida. Schlesinger, (2020, p.155), afirma que “Mantenha o tempo todo uma relação saudável com o dinheiro, para que possa transmitir atitudes, comportamentos e valores positivos aos seus filhos”.

Frente ao enigmático cenário existente em relação a finanças, pode-se considerar que muitos dos problemas financeiros enfrentados pelas famílias são resultados de uma vida sem planejamento. Entende-se que “o planejamento financeiro pessoal possibilita uma garantia de qualidade de vida.” (PEREIRA, 2020, p.15).

Conforme Lemes Jr. et al. (2022 p.143).

Planejamento é o processo que identifica metas e objetivos que se quer alcançar, estabelece planos, produz estratégias e organiza meios para atingi-los. Sua intenção é buscar racionalmente o melhor caminho para se chegar ao lugar esperado.

Com o avanço das mídias sociais, é possível notar que o mercado econômico, está cada vez mais impulsionando as vendas pela internet e direcionando as pessoas a gastarem com produtos e serviços que lhes é oferecido através de propagandas e anúncios. A falta de planejamento faz com que muitas pessoas gastem o dinheiro que integram o orçamento do mês para obter algo que não estava no planejamento familiar.

A Educação Financeira poderá auxiliar ao indivíduo a ser protagonista de sua própria decisão, capazes de gerenciar seus impulsos, necessidades e desejos, de forma a recusar os apelos oferecidos diariamente pela mídia, e criar independência financeira para que os recursos financeiros não sejam minguados através de uma estratégia planejada pelo mercado econômico.

Conhecimento financeiro apresentado de forma precoce à crianças, poderá fortalecer a postura de cidadãos com boa relação com o dinheiro e conseqüentemente adultos bem equilibrados financeiramente. O papel essencial da escola em conjunto com a família para a formação da criança, pode ser considerada uma estratégia muito assertiva na educação financeira de forma a ultrapassar barreiras e vencer paradigmas contruídos pela sociedade.

O ensino das finanças pessoais nas escolas de forma interdisciplinar e transversal, faz com que as crianças aprendam os princípios basilares de como lidar com o dinheiro e o valor do dinheiro no tempo, assim como, a necessidade de

poupar e de investir.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia representa regras estabelecidas para realização da pesquisa. De acordo com Gil (2019, p.9), método é o “conjunto de regras básicas para desenvolver uma investigação com vistas a produzir novos conhecimentos ou corrigir e integrar conhecimentos existentes”.

Neste estudo foi empregado o método dedutivo, que segundo Gil (2019, p.10), esse método “parte do geral para o particular”, ou seja, este estudo versará sobre Finanças, o qual será direcionado especificamente a educação financeira para alunos do ensino fundamental do 4º ano em uma escola pública.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

A classificação da pesquisa é importante para definir as questões inerentes ao problema e aos objetivos. Podendo ser classificada quanto a abordagem e quanto aos procedimentos. Gil (2022, p. 40), afirma que “as pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que essa classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado.”

Portanto, esse estudo traz informações que são relevantes aos discentes que se encontram nas séries inicial do ensino fundamental, como forma de conhecimento o tema proposto mostra a importância de ministrar educação financeira de maneira precoce.

##### **3.1.1 Quanto ao Problema:**

Este trabalho foi desenvolvido através do método quantitativo e qualitativo, onde Gil (2022, p.298) afirma que a abordagem qualitativa “fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”

Em contrapartida, Lozada e Nunes (2018, p.133), explica que “a pesquisa quantitativa pode ser utilizada em diversas situações, pois busca descrever significados diretamente a partir da análise de dados brutos e objetivos”.

### 3.1.2 Quanto aos Objetivos:

A presente pesquisa é de caráter exploratória, onde Gil (2022 p. 41) afirma que “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Corroborando Sordi, (2017, p.76), expõe que:

Um projeto de pesquisa exploratória é uma tentativa de estabelecer as bases que levarão a estudos futuros ou determinarão se o que está sendo observado pode ser explicado por uma das teorias existentes. Na maioria das vezes, a pesquisa exploratória estabelece as bases para futuras pesquisas, sendo o passo seguinte a pesquisa descritiva.

A pesquisa exploratória teve como formulação um problema que consistiu em elaborar conteúdo sobre educação financeira destinado a um público específico das séries iniciais do ensino fundamental.

## 3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

O trabalho deu-se através de pesquisa bibliográfica e também pesquisa documental. Para Marconi e Lakatos (2021, p. 25) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Para Gil (2022, p. 74), a pesquisa documental:

Como qualquer outro tipo de pesquisa, inicia-se com a formulação do problema. Cabe considerar, no entanto, que a formulação do problema nas pesquisas bibliográfica e documental pode diferir significativamente. Isso porque muitas das pesquisas bibliográficas são conduzidas como parte de uma pesquisa mais ampla, servindo para o estabelecimento do sistema conceitual ou da fundamentação teórica.

A pesquisa foi realizada através de livros, artigos científicos já publicados, sites entre outros procedimentos.

## 3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

A coleta de dados se deu por meio de literaturas, sites e documentos disponibilizados pela unidade escolar e também visitas a escola, por meio de diálogos

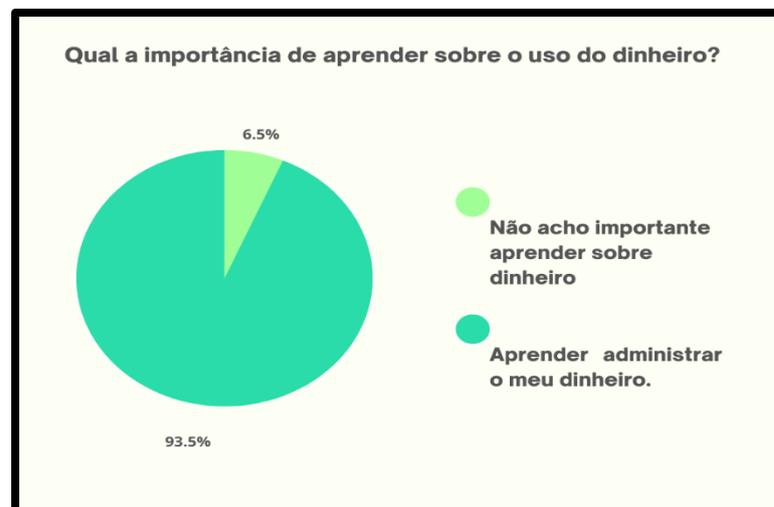
com a gestora escolar e com a professora da turma. Nesse sentido, o público alvo desta pesquisa contou com alunos com idade entre 7 a 9 anos, de uma escola pública, com uma amostragem de 31 discentes cursando o 4º ano do ensino fundamental. Foi realizado um questionário estruturado com perguntas fechadas sobre o tema educação financeira.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cartilha sobre Educação Financeira foi produzida para contribuir com os alunos do 4º ano do ensino fundamental na assimilação do conteúdo. Para a idealização da cartilha foi empregada uma linguagem simples e adequada para a faixa etária dos discentes e também o grau de desenvolvimento escolar.

Para esse fim foi elaborado e aplicado um questionário, para obtenção da percepção dos alunos com relação a educação financeira. Foi elaborado perguntas de fácil compreensão e direcionadas para o cotidiano das famílias, de modo que as respostas sejam dadas a partir da vivência de cada aluno.

A seguir, serão apresentados gráficos contendo resultados e discussões acerca da pesquisa.



**Figura 1:** Importância de aprender sobre o uso do dinheiro.  
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Na figura 1, foi questionado aos alunos do 4º ano, qual a importância de aprender sobre o uso do dinheiro e 93,5% dos alunos disseram que consideram importante aprender a administrar o dinheiro e 6,5% acreditam não ser importante aprender sobre o uso do dinheiro.

Com as respostas dos alunos neste quesito, denota a necessidade dos discentes em aprender sobre a temática educação financeira, sinalizando o quanto a escola pode contribuir nesse processo.



**Figura 2:** Pais ou responsáveis conversam com você sobre dinheiro.  
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

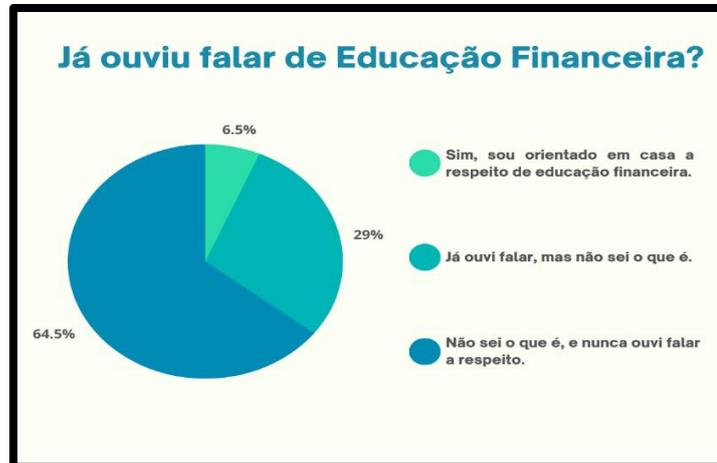
De acordo com o gráfico 2, foi perguntado aos alunos, se os pais ou responsáveis conversam com eles sobre dinheiro e 15% responderam que conversam as vezes e quando eles perguntam, 15% afirmaram que esse assunto é sempre comentado na casa, e o percentual de 70%, disseram que nunca falam sobre dinheiro em casa.



**Figura 3:** Conhecimento da faixa salarial familiar.  
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Na figura 3, foi indagado aos alunos se eles têm conhecimento da faixa salarial de sua família e os resultados foram os seguintes, 77,4% responderam que não sabem, pois, esse assunto não é comentado em casa, 12,9% relataram que a faixa

salarial é de 4 a 6 salários mínimos e 9,7% responderam que a renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos.



**Figura 4:** Conhecimento sobre Educação Financeira.  
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Na figura 4, foi questionado se os discentes já tinham conhecimento sobre educação financeira, 6,5% declaram que já foram orientados em casa a respeito de educação financeira, 29% responderam que já ouviram falar, mas não sabem o que é, enquanto 64,5% afirmaram nunca ter ouvido falar a respeito. Com as respostas dos alunos foi possível elaborar o conteúdo da cartilha a partir da necessidade encontrada nas respostas dos discentes.

Na sequência, será apresentada a capa da cartilha 1+1= 1 Milhão.



**Figura 5:** Cartilha de Educação Financeira 1+1=1 Milhão  
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

O conteúdo desenvolvido na cartilha 1+1=1 Milhão foi produzido para facilitar a assimilação dos alunos ainda na fase do ensino fundamental a educação financeira.

A cartilha foi elaborada de forma lúdica, com imagens coloridas e de fácil compreensão, com linguagem adequada para a faixa etária das crianças e também o grau de desenvolvimento escolar. A metodologia utilizada foi cuidadosamente elaborada para complementar o aprendizado de forma divertida e condizente com a realidade vivenciada pelos alunos diariamente em seus lares. A seguir, serão demonstrados alguns diálogos e ilustrações do interior da cartilha:



**Figura 6:** Cartilha de Educação Financeira 1+1=1 Milhão  
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Na cartilha foi abordado temas transversais, que são trabalhados de forma interdisciplinar, em junção com outras disciplinas. No componente curricular de Língua Portuguesa, enfatizando a leitura e interpretação de texto, no componente curricular da Matemática, fazendo menção a adição, subtração, divisão e multiplicação, conteúdos que são utilizados costumeiramente em sala de aula.

A cartilha poderá ser usada pelos professores a partir do início do ensino fundamental, oportunizando momentos de leitura para alunos já alfabetizados, como também em conto de história para alunos não alfabetizados.

A utilização da cartilha poderá ser feita em conjunto com qualquer disciplina que compõe o componente curricular, uma vez que sua apresentação traz ilustrações da rotina escolar vivida pelos alunos. O conteúdo da cartilha de educação financeira, de forma leve e adaptada, observando à idade e nível de conhecimento dos discentes, aborda temas relacionados a operações financeiras.

Com a cartilha o aluno poderá adquirir conhecimento através de mudança de comportamento, traçando uma postura positiva na manipulação do dinheiro e

planejamento futuro.

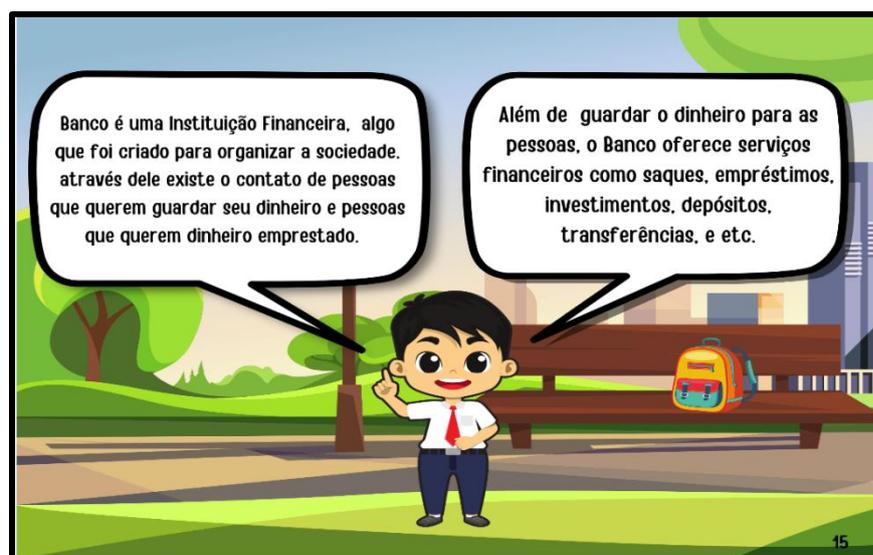
A seguir a ilustração de parte da cartilha:



**Figura 7:** Cartilha de Educação Financeira 1+1=1 Milhão  
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Além de proporcionar maior interesse pelo conteúdo, auxiliará também no raciocínio lógico, relacionamento com inclusão social, e também na conscientização sobre os cuidados com o meio ambiente. Assim, a cartilha 1+1=1 Milhão poderá contribuir para a socialização do aluno com o conteúdo, para que uma nova perspectiva financeira venha ser implantada em sala de aula.

Ilustração de mais uma imagem do interior da cartilha:



**Figura 8:** Cartilha de Educação Financeira 1+1=1 Milhão.  
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Através da cartilha, o aluno terá acesso ao funcionamento de instituições

financeiras, mais especificamente na utilização do caixa eletrônico, cartão de crédito e débito, operação do Pix e funcionamento do cheque. Essas orientações levam as crianças a entenderem qual a diferença entre as operações, de modo a orientar sobre gastos necessários e desnecessários, sendo que este último, pode levar a família ao desequilíbrio financeiro.

Na imagem seguinte é feito um apontamento sobre a importância de poupar.



**Figura 9:** Cartilha de Educação Financeira 1+1=1 Milhão.  
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

A cartilha visa despertar nos alunos a necessidade de adquirir conhecimento a respeito do conteúdo educação financeira.

A cartilha de educação financeira 1+1=1 milhão motiva o aluno a aprender a usar o dinheiro de maneira responsável, por isso a necessidade de introduzir essas informações ainda nas fases iniciais do ensino fundamental, aplicando de forma transversal o conteúdo apresentado e oportunizando a escola a se inserir nesse processo.

## 5 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou a relevância do tema Educação Financeira aplicada aos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, como componente interdisciplinar.

A construção de uma cartilha de Educação Financeira voltada aos estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, servirá de auxílio na construção de uma postura autônoma referente a gestão financeira, pois as informações constantes da

cartilha são elementos apresentados de forma didática e linguagem acessível a realidade infantil.

No desenvolvimento da cartilha foi utilizada informações sobre cartão de crédito e débito, cheque, pix, poupança, investimentos, além do consumo consciente e sustentável contribuindo com o meio ambiente. Com isso, o aluno obterá conhecimento ampliado, contribuindo para uma nova perspectiva de futuro, para que na vida adulta tenha oportunidade em tomar melhores decisões relacionadas as finanças.

Considerando que a produção da cartilha com a temática Educação Financeira ocorreu para suprir uma lacuna existente no ensino fundamental. Desse modo, pode-se afirmar que os objetivos deste estudo foram atingidos, pois a contribuição desta cartilha servirá para agregar conhecimentos de forma interdisciplinar e, ao mesmo tempo, apontar o quanto a escola pode contribuir nesse processo do ensino/aprendizagem no tocante a educação financeira.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Luciane Marina Zirmerman et al. **Políticas Educacionais e Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

ARAÚJO, Maria Cristina Pansera et al. **Educação, Ciência e Cientificismo: Desafios do Mundo Contemporâneo**. Ijuí: Unijuí, 2021.

BES, Pablo *et al.* **Gestão da Avaliação Externa e Conselhos Escolares**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

BES, Pablo; SILVA, Michela Carvalho. **Organização e Legislação da Educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BIEDRZYCKI, B. P. et. al. **Temas Transversais na Educação Física Escolar**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília, MEC, CONSED, UNIMED, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 22 de mai. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 de mai. de 2022.

BRITO, Gleilcelene Neri. **Fundamentos da Educação**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

- CAMARGO, G. L.; LEHNEN, A. M.; CORTINAZ, Tiago. **Crescimento, Desenvolvimento e Envelhecimento humano**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.
- CAMPOS, Flavio Rodrigues; BLIKSTEIN, Paulo. **Inovações Radicais na Educação Brasileira**. Porto Alegre: Penso, 2019.
- GIL, Antônio Carlos il. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Barueri: ATLAS, 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. Barueri (SP): Atlas Ltda, 2019.
- LEMES JR. Antonio B.; CHEROMBIM. Ana P. Mussi; RIGO. Claudio Miessa. **Fundamentos de Finanças Empresariais Técnicas e Práticas Essenciais**. 2. ed. Barueri: Atlas, 2022.
- LIMA, C. C. N.; CORTINAZ, T.; NUNES, A. R. **Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre: Sagah, 2018.
- LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: ATLAS, 2021.
- MEIRELLES, V. M.; SOUZA, R. M. **Uso do Dinheiro na Vida Adulta**. São Paulo: Atlas, 2015.
- MOLETTA, A. K.; BIERWAGEN, G. S.; TOLEDO, M. E. R. O. **A Educação Infantil e a Garantia dos Direitos Fundamentais da Infância**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- NETO, Alexandre Shigunov. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: SALTA, 2015.
- OLIVEIRA, Saulo Barbará, et al. **Instrumentos de Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- PEREIRA JR. Silvano Antonio Alves. A. A. P. et. al. **Fundamentos de Finanças**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
- RIBEIRO, Max Elisandro dos Santos. **História da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- SCHLESINGER, Jill. **Idiotices que Pessoas Inteligentes Fazem com o Próprio Dinheiro**. Rio de Janeiro: ALTAS BOOKS, 2020.
- SILVA. J. V. et al. **Crescimento e Desenvolvimento Humano e Aprendizagem Motora**. Porto Alegre: Sagah, 2018.
- SORDI, Jose Osvaldo. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.